

SACRAMENTO, Igor; MATHEUS, Letícia Cantarela (Org.). *História da Comunicação: experiências e perspectivas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014. 360 p.

Frederico de Mello Brandão TAVARES*

Logo no primeiro parágrafo da Apresentação de “História da Comunicação: experiências e perspectivas”, os organizadores da obra afirmam que esse campo da sociabilidade humana vem sendo objeto histórico a partir de dois grandes eixos: um que olha para essa história pelos “sistemas de comunicação” e outro que a olha a partir dos “meios de comunicação”. Tal explicação não é gratuita, pois é porta de entrada na estruturação do livro e de seus capítulos. Dividido em duas partes, que seguem o raciocínio proposto por tal perspectiva, há no livro um total de 14 capítulos: seis na primeira parte intitulada “Os Sistemas” e outros oito na segunda, “Os Meios”. A variedade dos temas traz uma questão instigante para aqueles e aquelas que se aventuram por sua leitura: “História da Comunicação” pode – e deve – também ser lido de forma mista, entrecruzada, observando os nós que tramam sistemas e meios, colocando em cena tensões metodológicas e teóricas a favor de um passeio pelos capítulos e suas misturas. É quando o foco em “circuitos comunicacionais” (p. 7) e o foco na “estruturação do campo midiático nos processos sociais, nas representações culturais e nos processos de produção de sentido” (p. 10), dialogam e jogam luz sobre questões que virão de acordo com o foco do próprio leitor.

Nessa potencialidade reside um dos pontos válidos da obra: o da reunião de autores estrangeiros e nacionais, com tradições e contribuições valiosas à seara do livro. Os primeiros aparecem com textos de destaque, conhecidos em outras línguas, mas até então não traduzidos para o português; e os segundos, autores brasileiros, professores e pesquisadores que transitam pelo campo da História, da Comunicação e daquele que seria a reunião de ambos. Entre os autores estrangeiros, destaque para três deles que circulam com frequência nos campos entrecruzados na coletânea: Robert Darnton, com o texto “Mademoiselle Bonafon e a vida privada de Luís XV: circuitos de comunicação na França do século XVIII”, que abre o livro; Barbie Zelizer, com o texto “O canibalismo da memória no fluxo global de notícias”, presente na primeira parte junto com o texto de Darnton; e Michael Shudson, com o texto “A norma da objetividade no jornalismo americano”, que abre a segunda parte da obra. Figuram ainda outros dois

* Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor Adjunto no curso de Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, Mariana, MG - Brasil. E-mail: fredtavares.ufop@gmail.com.

“textos estrangeiros”, ambos também na segunda parte, “Os meios”: “O poder feminino no *serial-queen melodrama*: a etimologia de uma anomalia”, de Ben Singer; e “A economia doméstica da audiência televisiva na América do pós-guerra”, de Lynn Spigel.

Singer e Spigel, estudiosos do cinema e do audiovisual, são professores e pesquisadores nos Estados Unidos e trabalham, respectivamente, na University of Wisconsin-Madison e na Northwestern University. Schudson, da Columbia University, e Zelizer, da University of Pennsylvania, são autores muito lidos por estudiosos do jornalismo e das notícias, inclusive no Brasil, e possuem destaque pela abordagem teórica acerca de debates deontológicos da profissão e sua relação com o campo da chamada “História do presente” e da cultura contemporânea. Os quatro autores, nesse sentido, trazem um olhar a partir da Comunicação para pensar a História; olhar que transita entre o lugar de fala profissional e acadêmico tensionado ao lugar de fala conceitual que se apresenta em seus textos.

Por um viés mais “profissional”, tal ponte comunicacional fica bastante evidente em passagem do texto de Zelizer, onde a autora questiona a “padronização do presente” a partir de coberturas que remetem a um passado sem alteridade, que desconsidera questões locais, da “memória local”, a favor de uma “memória global”, fruto de um “canibalismo” ordenador do atual fluxo de notícias mundiais. Diz a autora, autorizada pela sua experiência no olhar sobre o campo jornalístico:

Embora a definição de quem tenha a chance de selecionar a memória seja uma questão duradoura nos estudos de memória, na era da globalização ela foi elevada a novos patamares, e o direcionamento da constituição do jornalismo como um dos seus principais veículos demonstra incessantemente como as memórias locais são apagadas do fluxo global da notícia (p. 87).

Da mesma forma, mas por um viés mais “acadêmico”, o texto de Spigel coloca em cena uma interessante reflexão acerca da espectralidade televisiva nos Estados Unidos no período pós-Segunda Guerra, mediada pelo papel instrumental operado pela mídia popular. O texto gira em torno, sobretudo, da atuação das revistas femininas voltadas para a classe média e, especificamente, para a dona de casa que inseria, naquele momento, a televisão ao seu cotidiano. É perspicaz o jogo metodológico realizado pela autora em busca do desvelamento de uma ideologia doméstica em fomento nos Estados Unidos da época (estruturada em questões de gênero, trabalho e lazer) e suas materializações no diálogo entre os meios de comunicação e as instituições

“de produção” do período. A “fabricação” de um telespectador ideal e a “pedagogia” da imprensa periódica segmentada, problematizadas segundo uma “história das ideias” (p. 307) do universo doméstico, revelam que, “de fato, para a dona de casa do pós-guerra, a televisão não representava uma atividade passiva, e sim imbrincada em um padrão de vida cotidiana em que o trabalho nunca está resolvido” (p. 327).

O capítulo de Spigel, apesar de presente na segunda parte do livro, apresenta importantes laços com o texto de Robert Darnton, que abre a primeira. O conhecido autor traz em seu texto uma engenhosa leitura sobre os chamados *romans à clef* publicados na França pré-revolucionária do século XVIII. Os “romances com chave”, na tradução literal, são exemplares comunicacionais dos circuitos de informação existentes no regime de Luís XV e das apropriações/traduições populares realizadas sobre a vida privada da esfera do poder francês. Compostos de verdadeiros quebra-cabeças dotados de códigos e pseudônimos, tais *best-sellers* foram “vítimas” do trabalho da polícia real, na apreensão de editores e autores, mas também, como afirma Darnton, souberam, de maneira exemplar, condensar uma cultura oral dominante. Foram livros, com destaque para o objeto principal do texto, o romance *Tanastès*, escrito por uma das camareiras do Palácio de Versalhes, Mademoiselle Bonafon, que

[...] transformaram o falatório da corte e os ‘rumores públicos’ em relatos vívidos da história contemporânea. Combinavam dois ingredientes: os perfis, que expunham as *dramatis personae* no centro de grandes acontecimentos, e a trama, que indicava a direção que os acontecimentos seguiram e que estavam inclinados a seguir no futuro (p. 39).

Apesar de colocar em evidência o fato de tais livros menos que revelar o que aconteceu, dizerem “como as pessoas pensaram que aconteceu” (p.40), chamando a atenção, ao mesmo tempo, para uma história das mídias e da opinião pública, o texto de Darnton aponta para a presença invisível da intertextualidade como elemento de uma História da Comunicação. Seja pela discursividade ou narratividade – caso dos *romans à clef* –, seja por uma matriz temporal e suas complexidades – também presente nos objetos de Spigel sobre a introdução da TV nos EUA – meios e circuitos, ao fim, compõem, de maneira pendular, uma mesma ambiência empírica e, como aponta a obra, analítica.

Tal interlocução segue nos enlaces possíveis entre outros textos que aparecem na primeira e segunda parte do livro. Caso dos diálogos presentes em alguns nós epistemológicos e temáticos que se apresentam, principalmente no diálogo do social

com as materializações midiáticas e tecnológicas da comunicação. Por isso, não seria incorreto, entre muitos outros movimentos possíveis, aproximar o texto de Letícia Cantarela Matheus – “Um ‘spam telegráfico’: investigações sobre novas formas de circulação noticiosa no final do século XIX no Brasil” –, que encerra a primeira parte da obra, do texto de Marco Roxo – “O diabo e o diploma: como a difamação do passado pode ajudar no jornalismo do presente” – ou do texto de Michael Schudson – “A norma da objetividade no jornalismo americano”, já citado aqui, ambos da segunda parte do livro. Matheus traz uma “chave-de-leitura” contemporânea, o *spam*, para ler a prática jornalística em mutação no final do século XIX no território nacional, aproximando-se de Roxo, que faz movimento inverso, elegendo uma “chave-de-leitura” do passado profissional jornalístico para pensar o contexto contemporâneo de produção da informação na sociedade. Ambos entrecruzam-se com Schudson, iluminando questões referentes aos valores profissionais constituintes do jornalismo e sua historicidade.

Essa interlocução segue nas potencialidades de pontes entre os outros textos do livro, entre uma parte e outra. O texto de Alessandra El Far – “Os livros, as flores e a dinâmica das edições populares no século XIX” –, presente na primeira parte, tem elos com os textos de Vanessa R. Schawartz – “Grande angular na praia: as origens dos paparazzi e o Festival de Cannes” – e de Ana Maria Mauad – “O Rio em revista: cultura urbana e lazer nas ilustradas dos anos 1940-1950” –, ambos da segunda parte. Na fala de El Far, o livro popular de oitocentos

[...] não se restringia ao conteúdo. Além do texto em seu interior, o volume impresso tomava a vida em meio a uma ampla e complexa rede de sujeitos e práticas culturais, em sintonia com os desenvolvimentos econômicos e sociais do espaço urbano. Escritores atentos às demandas do momento, editores em busca de um negócio lucrativo, jornalistas e críticos vorazes que acabavam por dar visibilidade aos enredos de temas polêmicos, e a receptividade ou não do público leitor davam ensejo a um leque variado de trocas, conflitos e demais interações sociais (p. 75-76).

Uma complexidade que pode ser transposta para a dinâmica do midiático hegemônico e o dispositivo de poder que o envolve – como aparece no texto “Os anos 1960-70 e a reconfiguração do jornalismo brasileiro”, de Ana Paula Goulart Ribeiro; bem como o texto “Quem é o autor? Dias Gomes, Aguinaldo Silva e o conflito de gerações no campo da telenovela brasileira dos anos 1980”, de Igor Sacramento – ou para a presença desse dispositivo no social e nos mecanismos da oralidade e sua relação com outros processos comunicativos, como deixam claro os textos de Marialva Carlos

Barbosa e José Cardoso Ferrão Neto, respectivamente: “Escravos, oralidade e letramento” e “Tábuas da lei e surras de gato morto: ética e comunicação na encruzilhada do escrito e do oral”. Estes dois últimos textos, vale dizer, ambos presentes na primeira seção do livro, deixam também à mostra a validade da organização da coletânea e a coerência existente no interior de suas respectivas partes; o que coloca o viés da “dança” entre os textos e autores aqui proposta menos como uma provocação, mas como complemento problematizador e elogioso ao material cuidadosamente reunido e selecionado.

Houvesse uma ressalva a ser feita, essa poderia estar no desejo que fica, encerrada a leitura, de se ter na obra um ou dois textos de natureza mais teórico-conceitual, que traçassem, de maneira “menos” empírica, as pontes epistemológicas sobre as áreas postas em tensão no livro. Por se tratar de uma obra que se pretende de referência, no trânsito entre a História e a Comunicação, tais capítulos poderiam “apertar os nós” que o livro amarra. No entanto, como diz Muniz Sodré na contracapa, se “História da Comunicação” é um “livro a ser lido por inteiro”, sua incompletude será sempre uma virtude. Uma dinâmica, pois, dialética; tal qual a da História que, na interpretação das totalidades, deve estar sempre atenta à narrativa viva do tempo.

Resenha recebida em: 10/12/2013. Aprovada em: 15/01/2014.